



VIGÉSIMA CARTA DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Lutar pela independência dos sindicatos diante das eleições

1 de dezembro de 2021

A reunião de sindicalistas com o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para discutir uma possível aliança eleitoral e sua participação como vice na chapa de Lula, acendeu uma luz vermelha. Está em marcha uma operação da burocracia sindical para perfilar as organizações dos trabalhadores por detrás da candidatura de Lula, amparada por representantes da burguesia. Alckmin sempre foi um homem do poder econômico. Governou contra as necessidades mais elementares dos explorados. O sinal vermelho anuncia o imperativo da luta pela independência dos sindicatos diante das disputas interburguesas.

Daqui para a frente, as forças políticas da burguesia vão concentrar-se na corrida eleitoral. A entrada do lavajatista Sérgio Moro, como candidato da terceira via, movimentou o espectro político. O ex-juiz e ex-ministro de Bolsonaro recebeu caloroso apoio de setores da burguesia e da imprensa monopolista. Esse é um provável caminho para deslocar Bolsonaro, e afirmar uma candidatura de centro-direita. Mas, nada ainda está definido.

O PSDB, por sua vez, afirmou a candidatura de João Doria. O governador de São Paulo conta com o apoio de poderosos grupos econômicos. A disputa das prévias, tendo como derrotado o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, expressou duas variantes políticas. De um lado, Doria que exige do PSDB uma candidatura própria; de outro, Leite, defendendo um candidato de terceira via, que não necessariamente do PSDB.

A divisão permanecerá em torno à definição da candidatura oposicionista a Lula e a Bolsonaro. O DEM se fundiu com o PSL, criando o partido União Brasil, de maneira a ter algum peso na construção da terceira via, e o PSD, de Kassab, já havia anunciado

como possível candidato o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Tudo indica que é uma manobra para negociar uma aliança no campo da oposição a Lula e Bolsonaro.

O PT passa pelo dilema da constituição de uma aliança mais ampla possível. É bem provável que Ciro Gomes insista em concorrer pelo PDT. O que seria desvantajoso para a candidatura de Lula. A junção do PT com o PSB é a mais factível, mas depende das negociações quanto às candidaturas ao cargo de governadores, principalmente. O Solidariedade está com a candidatura de Lula, e trabalha para que Geraldo Alckmin, em processo de ruptura com o PSDB, seja o vice de Lula. O que parecia fumaça sem fogo toma uma feição concreta. As centrais sindicais – Força Sindical, CTB, UGT e Nova Central – se reuniram, na sede do Sindicato dos Químicos, com Alckmin, na esperança de realizar o esdrúxulo casamento. Em seguida, Lula se pronunciou favorável, desde que seja uma aliança para “ganhar as eleições”.

Os mais radicais do PT que detestam o PSDB, e, em particular, Alckmin, e a esquerda oportunista do “Bloco Vermelho”, que desfralda a bandeira de “Lula presidente, por um governo dos trabalhadores”, procuraram qualificar a notícia como “fake news”. São manifestações marginais da montagem das candidaturas e alianças nas entranhas da política burguesa, mas servem para exemplificar a confusão instalada entre as correntes que se reivindicam do socialismo. A movimentação em torno às candidaturas, e, especialmente, o empenho de setores da burguesia para viabilizar a terceira via, como se vê, passou a condicionar a situação política.

Bolsonaro se recompôs, depois do discurso golpista de 7 de setembro. Diminuiu os atritos com o judiciário. Mudou a atitude, diante das respostas à

Pandemia, assumindo a coordenação da vacinação por meio do Ministério da Saúde, abrindo as portas para a multinacional Pfizer, e pondo de lado gradualmente o que os seus opositores denominaram de “negacionismo”. Retomou a ofensiva no Congresso Nacional, com o projeto de “Auxílio Brasil”. Venceu a resistência de importantes setores da burguesia à PEC dos Precatórios, apesar de ainda ter de ser aprovada no Senado. Conseguiu reagir à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), contrária ao “orçamento secreto”, por meio da aprovação de um Projeto de Resolução no Congresso Nacional, que desobriga o relator de emendas, parlamentares e beneficiados dos bilhões de recursos públicos a prestarem contas no exercício de 2020 e 2021. Depois de muita demora e cobrança dos bolsonaristas e evangélicos, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado decidiu sabatar o ex-ministro da Justiça André Mendonça, para assumir o cargo vitalício de ministro do STF. A aprovação na CCJ com ampla maioria também evidenciou o enorme controle de Bolsonaro sobre os parlamentares.

Somente no próximo ano, ficará mais patente a capacidade eleitoral dos principais concorrentes. No momento, Lula e Bolsonaro continuam a polarizar a disputa presidencial. Nas condições atuais, Bolsonaro seria derrotado no segundo turno. A ofensiva dos bolsonaristas, desde setembro, está voltada a reerguer a imagem do ultradireitista perante a população. Por cima da maioria oprimida, pobres, miseráveis e famintos, as forças políticas da burguesia se preparam para manter Bolsonaro, ou substituí-lo por outro governo, que pode ser de uma aliança petista ou da terceira via.

A classe operária, desorganizada e sem o seu partido revolucionário, e os demais explorados, serão arrastados pelo turbilhão eleitoral. Desta vez, a bandeira burguesa da anticorrupção não terá o mesmo lugar que ocupou nas eleições de 2018. É bom lembrar que a Operação Lava Jato, liderada por Moro, foi decisiva para a execução do golpe institucional, que derrubou Dilma Rousseff (PT), entregou o governo ao seu vice Michel Temer, e preparou o caminho para a ascensão do obscuro Bolsonaro. Foi governo que Moro ajudou a eleger, mas que perdeu a auréola de “herói nacional”, e foi enxotado do Ministério da Justiça. A Lava Jato acabou sendo considerada suspeita de ser um instrumento de manipulação política. A não ser o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, todos os demais presos estão soltos. O STF acabou de favorecer o senador Flávio

Bolsonaro no caso das rachadinhas, considerando inválidas as provas apuradas na primeira instância da justiça do Rio de Janeiro.

As ilusões da classe média sobre a possibilidade de resolver a corrupção endêmica no interior do Estado e do conjunto da política burguesa começaram a desabar com a defenestração de Moro do governo Bolsonaro. Os partidos se vêm agora na contingência de explorar as condições de miséria das massas, apresentando-se como seus salvadores. Tais movimentações aparelhistas são típicas da política burguesa, em que o poder econômico determina, em última instância, o curso das mudanças de governabilidade.

O problema para a política do proletariado consiste em defender a independência dos explorados, que, no momento, comparece na forma de independência dos sindicatos. A reunião promovida pela Força Sindical e aliadas, que contou com partidos como Solidariedade e PCdoB, objetivou arregimentar os sindicatos por trás de uma candidatura composta por Lula e Alckmin. Ainda que essa composição fracasse, indica que está em questão a independência dos sindicatos. Essas mesmas centrais e esses mesmos partidos estiveram na organização da Campanha Nacional “Fora Bolsonaro e Impeachment”, e se manifestaram a favor de uma frente ampla oposicionista.

O POR lutou no interior das manifestações, denunciando e rechaçando a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, que no fundo se dirigia às eleições presidenciais. Agora, a bandeira do impeachment se desfez, com a recomposição política de Bolsonaro e seu controle sobre o Congresso Nacional, em particular, da Câmara de Deputados. O PT, Lula e aliados arregimentam os aparatos sindicais, e os colocam a serviço das disputas interburguesas. Expressam uma burocracia sindical estatizante, que, há muito, abandonou as reivindicações mais elementares da classe operária e dos demais trabalhadores. A reunião com Alckmin, no Sindicato dos Químicos, é a demonstração mais acabada de como a burocracia sindical se subordinou à política burguesa, e comprometeu a mais elementar independência política e organizativa dos sindicatos.

A luta contra essa subordinação passa pela defesa de um programa próprio de reivindicações, dos métodos próprios de luta e da estratégia própria de poder do proletariado. É por essa via que se deve explicar e demonstrar o caráter contrarrevolucionário dos partidos que controlam os sindicatos e os submetem à política burguesa.